

# SOCIEDADE, ECONOMIA E NATUREZA: uma contribuição ao debate

Por Aécio Alves de Oliveira\*

**Resumo:** nas atuais condições vivenciadas pela humanidade, em que a elevação da temperatura média da Terra ameaça a sobrevivência desta espécie, é preciso repensar as relações entre sociedade, economia e natureza; mais ainda porque o sistema-mundo dominante apresenta inequívocos sinais de perda de legitimidade pelas mais diversas negatividades que produz. O mercado-demiurgo não resolve as profundas desigualdades sociais e menos ainda é capaz de soldar a ruptura metabólica que afeta os ecossistemas. A busca de uma vida saudável para todos os habitantes do planeta exige uma profunda transformação no modo de produção e de vida que caracteriza a sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** Dominação social. Contradição central do capital. Ruptura metabólica.

**Abstract:** under current conditions experienced by humanity, in which the elevation of the earth's average temperature threatens the survival of this species, it is necessary to rethink the relationship between society, economy and nature; more so because the dominant world system shows clear signs of loss of legitimacy by various negativities it produces. The market-demiurge does not solve the deep social inequalities and fewer still able to weld the metabolic rift that affects ecosystems. The search for a healthy life for all inhabitants of the planet requires a profound transformation in the mode of production and life that characterizes capitalist society.

**Keywords:** Social domination. Central contradiction of capital Metabolic rift.

## 1 Introdução

Tratar das relações entre sociedade e economia não é uma tarefa que se conclui de uma assentada; é um percurso que envolve um enorme esforço para discernir sobre os significados de trabalho e de suas determinações históricas e sociais. A complexidade aumenta ainda mais quando adotamos uma perspectiva para além do **capital**. Se não é simples tratar esta relação, considerando a pré-história da humanidade,<sup>1</sup> mais complexo será pensá-la em uma sociedade superior.

O trabalho, quando analisado em sua acepção geral, está relacionado com a produção de valores de uso, independentemente da forma social determinada que assuma. Desde sempre, a humanidade interage com a natureza para satisfazer suas necessidades vitais. Conforme Marx

(1978b, p. 215), o trabalho, em sua acepção geral, é “[...] un proceso entre el hombre y la naturaleza, un proceso en que el hombre media, regula y controla su metabolismo con la naturaleza”; é a condição universal para a interação metabólica entre homem e natureza, a eterna imposição do ambiente sobre a existência humana. Nesses termos, o homem, ao trabalhar, transforma a natureza e a si mesmo, em um processo de aprendizado que desenvolve junto ao meio em que vive.

Quando se trata da sociedade do **capital** e do **trabalho assalariado**, a interação metabólica entre o homem e a natureza ganha complexidade. Claramente, constata-se uma ruptura, posto que se instaura um sociometabolismo para o qual não outra razão que não a de sua reprodução. O trabalho

redefine-se e segue a orientação de um sujeito abstrato que transforma homem e natureza em objetos de exploração. Para Marx (1979, p. 611/613, grifo do autor), a produção capitalista “perturba el metabolismo entre el hombre y la tierra.” Com mais ênfase ainda, afirma que a produção capitalista, “por consiguiente, no desarrolla la técnica y la combinación del proceso social de producción sino socavando, al mismo tiempo, los manantiales de toda riqueza: *la tierra y el trabajador.*”

A ruptura metabólica, hoje mais visível, demonstra que o modo de produção do **capital** adiciona novas complexidades à vida em sociedade. Não há como deixar de lado o fato de que as ações antropogênicas, orientadas por sua lógica econômica, acelera o processo de dilapidação das forças da natureza e das forças produtivas do homem, em escala planetária. Dito resumidamente, os efeitos entrópicos decorrentes da produção e da distribuição de mercadorias afetam todos os países, como jamais ocorrera antes.

Com esse artigo, pretende-se estabelecer algumas vinculações entre **trabalho** e dominação social no contexto de crise do **capital** e das mudanças climáticas provocadas por este modo de produção que, de início, falam de perto do desenvolvimento do **capital** e de suas repercussões sobre o **mundo do trabalho**, mas, acima de tudo, são vinculações que chamam atenção para a necessidade de uma mudança profunda no modo como as sociedades humanas se relacionam com a natureza.

O artigo encontra-se estruturado em outras quatro seções, além desta Introdução. A seção 2 apresenta os significados da dominação emanada da relação social do **capital** que se projeta sobre o Estado, os indivíduos, as classes sociais e a natureza. Em seguida, na seção 3, aprofunda-se a tese de que o avanço das forças produtivas expõe os limites internos desse sistema ao tempo em que cria condições de ampliar a produção de mercadorias. A tendência à superacumulação daí decorrente projeta-se como crise de realização e de declínio da taxa de lucro. Na seção 4, encontra-se o argumento de que o processo de crise assume uma dimensão mais dramática em virtude de que a essas tendências e contradições somam-se os limites ecossistêmicos do planeta. Por último, a seção 5, onde se encontra a conclusão geral, que se desdobra em dois aspectos: um que deixa clara a necessidade de desmistificar a dominação social alienante que entorpece a sociedade e impede a afirmação do indivíduo social; e o outro que se refere à necessidade de mudanças profundas no

modo de produção e de vida que caracteriza a sociedade capitalista.

## 2 Trabalho e Sociabilidade: dominação social abstrata e servidão moderna<sup>2</sup>

Inicialmente, interessa-nos fazer uma crítica ao **trabalho** que reproduz o **capital**; não com inspirações ontológicas, mas uma crítica motivada por uma pedagogia da negação da negação, o que sugere o **não trabalho** como princípio educativo. Adotar o **não trabalho** como princípio pedagógico significa fazer uma incursão no terreno da crítica radical, que é um procedimento pouco usual para quem aceita acriticamente a obviedade da dominação da classe capitalista sobre a classe trabalhadora. No terreno da crítica radical ao **trabalho**, as estruturas que conformam a relação social de produção do **capital** correspondem à forma histórica acabada da dominação social sem sujeito (KURZ, 2002; MÉSZÁROS, 1995, 2002, 2004; POSTONE, 1996; FORRESTER, 2001); sem sujeito porque não se trata, essencialmente falando, da dominação de pessoas sobre pessoas, ou de uma classe sobre outra classe, ou de países sobre países, porém, do poder de um metabolismo social totalizador no qual predomina um dos aspectos da mercadoria, qual seja, o valor de troca. Trata-se de uma dominação abstrata que, no entanto, manifesta-se nas práticas das pessoas ou das classes sociais e nas estruturas organizadas e adequadas a tal metabolismo que mobilizam energias para potencializar a produção de **dinheiro**. Além dos indivíduos e das classes, o **mercado** e o **Estado** também se enlaçam nesse metabolismo.

Para Marx (1986), desde que foram superadas as formas de dependência pessoal (servidão, consanguinidade ou vínculos naturais) em seu lugar se estabeleceram nexos sociais entre indivíduos indiferentes e reciprocamente independentes; uma independência baseada na dependência das coisas, que, embora aparentando uma ampliação da liberdade, na realidade, é uma limitação material que resulta de relações que são independentes dos indivíduos. Daí porque “El individuo debe producir un producto universal: el *valor de cambio* o, considerado éste en sí aisladamente e individualizado, *dinero*”. (MARX, 1986, p. 84, grifo do autor). O **dinheiro**, na condição de poder social geral - expresso em termos de comando sobre o mundo das coisas e sobre o mundo das pessoas -, atribui a seu possuidor um poder social particular na proporção direta do montante possuído.

O **trabalho** que produz o **capital**, portanto, no lugar de dignificar homens e mulheres, enlaça todos

em uma prisão de ferro (WEBER, 2003), dentro da qual cada indivíduo (humano) será coagido a ter um sucesso monetariamente mensurado. A relação social do **capital** afirma-se como o sujeito da dominação; e o **dinheiro**, a fonte da limitação material que se opõe a cada pessoa e às classes sociais.

Antes, havia a dependência pessoal de muitos a uns poucos indivíduos; na sociedade capitalista, todos estamos dominados por abstrações.

Evidentemente, podemos argumentar que a dependência com relação às coisas é preferível às relações de dominação pessoais que prevaleciam; no entanto, não podemos deixar de considerar um absurdo que nexos puramente materiais sejam dominantes ao ponto de desconsiderar a natureza e a individualidade humana. A sociabilidade coisificada adequada a este metabolismo produz indivíduos mônadas, cujos comportamentos seguem uma mesma norma; qual seja, aquela que favorece à reprodução ampliada da relação social do **capital**.

A crítica radical aqui apenas esboçada também pode servir de base para a compreensão do **empobrecimento do trabalho** como pano de fundo para o **empobrecimento da sociabilidade** que é típica da formação socioeconômica capitalista.

Como consequência, essa mesma crítica serve de base a uma eventual discussão sobre a temática que envolve a pobreza do trabalhador. Em outros termos, é o empobrecimento do **trabalho** que leva ao esgarçamento (dissociações) das relações sociais e à pobreza do trabalhador; um empobrecimento que inclui desemprego, desqualificação, redundância, estranhamento, desrealização e indiferença dos portadores de força de trabalho com relação ao que fazem.

De imediato, ressaltamos três indagações entrelaçadas. O que significa mesmo **trabalho** na sociedade capitalista? Que mercadoria é comprada e vendida no propalado **mercado de trabalho**? Com mais anterioridade, qual a especificidade histórica que marca a produção de mercadorias nesta sociedade?

Pelo que foi exposto até aqui, essas indagações nos remetem à compreensão da lógica que tem orientado o processo histórico do desenvolvimento qualitativo e quantitativo do **capital**, suas repercussões sobre o **mundo do trabalho** e a formação humana na sociedade capitalista; são questões que sugerem uma retomada dos significados da dominação emanada da relação social do **capital** que se projeta sobre o Estado, os indivíduos, as classes sociais e a natureza.

Para compreender a relação entre **trabalho** e dominação social, precisamos buscar algumas

mediações. Antes de tudo, consideramos o **trabalho** que produz o **capital** como o cerne da sociabilidade capitalista e que, ao mesmo tempo, estrutura e desestrutura a vida das pessoas. Em sua dimensão concreta, apresenta-se, de um lado, como o principal meio (lícito) para **ganhar a vida**; de outro, como centro de irradiação de inseguranças generalizadas, doenças e desrealização pessoal e profissional (insatisfação no trabalho). Em síntese, apresenta-se como coerção, estranhamento e sacrifício, dissimulada pela compulsão das pessoas de se inserirem na esfera do consumo. A necessidade de **ganhar a vida** enevoa os sentidos que tem o **trabalho** para a produção do **capital**, mesmo quando esta produção atenta contra a vida das espécies.

Como a sociedade capitalista gira ao redor de uma coleção de mercadorias, a produção, no entanto, somente é empreendida caso seja rentável, ou seja, sempre que proporcionar lucro ao investidor, na medida socialmente determinada. Dentro dessa lógica, é possível que, se algo for crucial para satisfazer necessidades humanas importantes, mas não for rentável, poderá não ser produzido.

A atividade produtiva que faz sentido é aquela que gera lucro: se o produto não for portador de valor de troca, não será útil para o **capital**. De maneira análoga, algo que seja danoso à vida, poderá ser produzido, caso seja rentável; portanto, o que importa é o **trabalho** rentável.

Para a lógica do **capital**, os mercados deverão funcionar de tal modo que as empresas se organizem dentro de uma estrutura setorial equilibrada que lhes permita uma expansão sustentada. Significa dizer que os vários setores da produção que compõem a divisão do trabalho social devem estar adequadamente dimensionados. Com a prevalência deste equilíbrio intersetorial, a acumulação de **capital** possibilitará a expansão da economia, do emprego e da renda, bem como o surgimento de novas oportunidades de negócios.

A questão é que a circunstância de proporções equilibradas não se coaduna ao caráter anárquico da produção e da concorrência intercapitalista. Cedo ou tarde, surgem assimetrias que acionam os limites internos à expansão do sistema, mesmo que as relações econômicas internacionais sejam ampliadas e que o Estado intervenha como regulador de última instância. Em escala mundial, os processos tendem a ser ainda mais assíncronos, pois entram em jogo os interesses dos grandes grupos econômicos e financeiros sediados nos países em disputa por hegemonia.

A produção de mercadorias requer a compra e venda de uma mercadoria especial que possibilitará

as condições de valorização do **capital**. O consumo de força de trabalho corresponde ao **trabalho vivo**, do qual resulta a criação de **valor**. Uma parcela do **valor criado** é paga para permitir ao trabalhador adquirir os meios necessários à sua reprodução e para manter seus descendentes. A parcela excedente é apropriada pelo dono dos meios de produção. A compra da mercadoria força de trabalho é a demanda do mercado de trabalho, cujo montante (capital variável) depende da composição técnica do capital (tecnologia) e determina o nível do emprego.

De modo geral, a expansão do emprego está na dependência do surgimento de novas oportunidades rentáveis para a produção de mercadorias e da expectativa de lucro vislumbrada por cada empresa já em funcionamento. Caso não ocorram mudanças na composição técnica (inovação tecnológica) das empresas, a acumulação de **capital** terá um efeito positivo sobre a quantidade de pessoas a serem contratadas; contudo, se a empresa não se mostrar lucrativa, será obrigada a fazer reduções em seu quadro de pessoal a fim de diminuir os custos e melhorar sua competitividade. Caso ocorram inovações tecnológicas, o efeito sobre a criação de emprego poderá ser negativo. Em tal circunstância, ocorreriam dispensas de trabalhadores.

Esses movimentos permitem perceber que a parcela sobrando (indivíduos não rentáveis) será somada a outros(as) trabalhadores(as) oriundos(as) do crescimento populacional. A população, como sempre, é a fonte primária da oferta de mão de obra sem experiência profissional, à qual se juntarão aqueles e aquelas que foram eliminados por processos de reestruturação produtiva. Desse modo, pela via tecnológica, a oferta de trabalhadores é afetada pela demanda das empresas.

A **acumulação flexível** é a expressão atual das formas cada vez mais sofisticadas de consumo de força de trabalho. Com esse novo padrão de acumulação, acentua-se a tendência de redução da importância dos(as) trabalhadores(as) nos locais de trabalho. Isso ocorre não apenas na indústria, mas também nos demais setores da economia, tais como agropecuária, comércio, bancos, serviços etc. A perda de importância poderá se concretizar até mesmo em termos quantitativos. O chamado desemprego estrutural é a situação em que a substituição do produtor imediato pela máquina não é compensada pelo surgimento de novos setores de produção ou de novas empresas junto às quais os demitidos poderiam, eventualmente, vender sua capacidade de trabalho. Nesse caso, o efeito eliminação de postos de trabalho não seria compen-

sado pelo efeito absorção decorrente de um eventual crescimento econômico geral (GOUVERNEUR, 1995).

Com a população demasiada para o **capital**, o medo da perda do emprego e as formas de controle a que são submetidos os empregados aprofundam-se, fazendo surgir processos conflituosos e diversas formas de violência, além de enfermidades individuais, sociais e ambientais que são típicas da produção, do consumismo e das atividades relacionadas à circulação de mercadorias e **dinheiro**. Não é por acaso que se amplia a repressão e a criminalização de movimentos sociais organizados e de manifestações de ruas que emergem das diversas formas de insatisfação.

Com o desenvolvimento da perda de importância da força de trabalho diante do chamado capital fixo, configura-se uma tendência aqui tratada como **processo de qualificação desqualificante**. Na realidade, a perda de importância expressa a **subsunção real do trabalho ao capital**, um movimento com o qual o conhecimento acumulado historicamente pelo trabalhador se transfere para as máquinas (o capital fixo). Como um resultado lógico, histórico e empiricamente confirmado, esse processo efetiva a simplificação do trabalho concreto e a desvalorização da força de trabalho.

### 3 Trabalho no cerne da contradição do capital

Nos *Grundrisse*, Marx (1985) faz menção explícita ao **capital** como sendo a contradição em processo. Em seu processo de desenvolvimento, o **capital** procura extrair o máximo de excedente da força de trabalho coletivamente consumida; para isso, afirma a crescente supremacia do **trabalho morto** sobre o **trabalho vivo**, o que determina crescentes ganhos de produtividade, mas expõe a tendência à negação da fonte do **valor**. Essa negação tendencial é o cerne da **contradição central** e da chamada **crise do trabalho assalariado**. Também aí se encontra o fundamento lógico do processo de qualificação desqualificante.

A **contradição central** e a **crise do trabalho** seguem o percurso lógico-histórico do processo de **subsunção do trabalho** (MARX, 1978a) que marca os momentos clássicos do desenvolvimento do **capital**. Com esse processo, o mundo fica prenhe de outras crises e de sofrimentos; aumentam as inquietações e a insegurança, ao tempo em que se reduzem as possibilidades de ganhar a vida, a não ser cedendo uma parte cada vez maior do tempo de vida à **causa do capital**.

A **subsunção do trabalho ao capital** é a expressão acabada da vitória do modo de produção capitalista sobre as formas que lhes antecederam.

Com a emergência do **capital** na condição de relação social de produção predominante, generaliza-se a transformação do processo de trabalho em processo de sua autovalorização. O processo de trabalho converte-se em instrumento exclusivo da valorização do **capital**. Não mais ocorre a produção de valores de uso para o produtor imediato, nem para usufruto de seu condutor - o capitalista -, porém, emerge um processo de trabalho subsumido ao **capital**.

A subsunção é dita **formal** quando a circunstância histórica do estágio alcançado pelas forças produtivas ainda não permitiu o domínio do **capital** sobre o conteúdo do **trabalho**; torna-se **real** quando as mudanças técnico-produtivas e organizacionais permitem ao **capital** a condição efetiva de se apropriar do esforço de muitos, não apenas do ponto de vista econômico-jurídico, que já é um legado para a constituição deste modo de produção, mas da própria materialidade e subjetividade do processo. Essa circunstância histórica corresponde à aplicação consciente das ciências naturais, da mecânica, da química (bem como da eletrônica e da informática, robótica na atualidade) para fins determinados pelas necessidades de autoexpansão do **capital** e para consolidar o **modo de vida** que lhe é adequado.

Hoje, o “capitalismo flexível”, ou o “novo capitalismo”, exige que os trabalhadores sejam “ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais” (SENNETT, 2003, Prefácio). O desemprego e a exclusão social acabam sendo as marcas visíveis de um modo de produção que descarta um expressivo segmento da população do mundo; é uma situação que afeta homens e mulheres, em suas diversas faixas etárias, que se manifesta e conforma a circunstância de um verdadeiro “horror econômico”, social e político em que as vítimas são induzidas a se sentirem réis.

De modo geral, a **crise do trabalho assalariado** na atualidade - cujas facetas mais gerais são o desemprego e sua crescente duração, a precariedade das relações de trabalho e o crescimento da pobreza (relativa ou absoluta) - vai tornando cada vez mais visível que não se trata de um problema de ajustamento econômico e financeiro, mas sim do acirramento das negatividades produzidas pelo **sistema do capital**. As profundas mudanças que vêm ocorrendo desde o último quartel do século XX sugerem também que se torna cada vez mais difícil a conciliação entre os opostos orgânicos (capitalistas e trabalhadores).

As terapêuticas tradicionais de corte neoliberal que seus idealizadores julgavam suficientes para incentivar o crescimento econômico e do emprego e distribuir a riqueza gerada por muitos, na realidade, têm acentuado o problema, uma vez que sua formulação contém a mesma lógica que acompanha o **desenvolvimento do capital**, evidenciando-se a eliminação de quaisquer restrições aos mecanismos do livre funcionamento dos mercados.

Isso não significa dizer que se houver uma reorientação da política econômica, como insistem muitos, a situação fique resolvida. Mesmo que sejam adotadas medidas com uma intervenção estatal mais efetiva, mantendo-se ainda nos marcos da contradição central do sistema, a situação não será muito diferente da que existe no momento. Se esta fosse a solução, o “socialismo realmente existente”, que é a evidência da mais forte regulação estatal em substituição ao mercado, não teria desmoronado. A simples mudança da natureza da propriedade e do modo de distribuição (mantendo-se o mesmo modo de produzir) provou ser insuficiente.

As formulações de políticas econômicas de matiz neoliberal nos países da periferia do sistema, tais como, abertura da economia, redução dos gastos públicos (superávit primário ou nominal) e estabilidade monetária a qualquer custo, não contribuem para mudar o quadro social e econômico da maioria da população. Em geral, como o objetivo é recuperar a competitividade da economia, o estímulo a inovações tecnológicas tende a agravar ainda mais o problema das desigualdades.

O concerto das chamadas **relações diplomáticas internacionais** acaba evidenciando o caráter da imposição dos organismos ditos multilaterais que procuram induzir os países da periferia a aceitarem as evidências de que é necessário extrapolar os limites da simples territorialidade de modo a criar condições para o exercício da plena liberdade organizada pelas forças do mercado. Na realidade, esses agentes apenas defendem interesses hegemônicos para a consolidação de formas imperiais de dominação e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2012).

Em resposta às pressões dos grandes grupos econômicos e financeiros, os organismos internacionais que atuam diplomaticamente sugerem que as políticas econômicas a serem adotadas devem ter como objetivo principal a estabilidade monetária a qualquer custo para criar melhores condições de atratividade para os investimentos externos.

Somente assim, segundo seus formuladores e apoiadores, o país hospedeiro poderá elevar a capacidade competitiva e efetivar a inserção de sua economia no cenário da divisão internacional do trabalho.

Com o avanço das forças produtivas, o **sistema do capital** desenvolve limites internos ao tempo em que cria condições de ampliar a produção de mercadorias. A tendência à superacumulação que lhe é inerente projeta-se como crise de realização e de declínio da taxa de lucro. Às tendências e condições que têm acompanhado esse desenvolvimento somam-se os limites inamovíveis determinados pelo ecossistema planetário. A biosfera da qual dependemos funciona como fornecedora de recursos finitos e com limitada capacidade de absorver resíduos.

#### 4 Trabalho e os limites externos da economia do capital

Como bem sabemos, a sociedade capitalista abriga as formas mais desenvolvidas da produção de mercadorias, estimuladas que foram pela concorrência entre as empresas capitalistas e pela busca de uma crescente **produtividade do trabalho**. Essa combinação inescapável - concorrência e produtividade - direciona a produção para atender a necessidades da acumulação ilimitada de **capital**. Com tal orientação unidirecional, a produção capitalista de mercadorias apresenta-se como um processo linear que exacerba a extração de recursos naturais e sua transformação acelerada em produtos para a venda rentável. Para fechar o circuito, este modo de produção exige um consumo em escala crescente.

É notório que em todas as fases dos processos econômicos o trabalho humano está presente e que, em todas elas, ocorrem desperdícios e a produção de resíduos e dejetos que têm o ambiente natural como destino final. Embora esta seja a característica geral de qualquer produção, o processo do **capital** exacerba a perda de energia e matéria, provocando uma elevação da entropia como nunca dantes acontecera.

Desse modo, ao contrário do senso vulgar, a alocação de recursos para produzir a riqueza capitalista é o modo de organização econômica mais ineficiente criado pela humanidade. Esse modo de produção acarreta custos importantes que não são considerados no cálculo da rentabilidade privada; são custos crescentes e impagáveis, em virtude de danos irreversíveis causados aos ecossistemas.

Conforme Georgescu-Roegen (2007, p. 32, 38,

grifos do autor), o processo capitalista de produção é intensivamente entrópico, pois:

Esta producción agota necesariamente nuestro *stock* finito de materias primas y energía, a la vez que inunda la capacidad, igualmente finita, de nuestro ecosistema con los residuos generados en sus procesos.

.....  
[...] lo que entra al proceso económico representa *recursos naturales valiosos* y que lo que sale es un *residuo sin valor*. [...] Desde el punto de vista de la termodinámica, la materia-energía entra al proceso económico en estado de *baja entropía* y sale de éste en un estado de *alta entropía*.

O **trabalho**, portanto, é uma ação humana indispensável à reprodução do capital e ao mesmo tempo a fonte dos desgastes das forças produtivas da natureza. Assim, o **trabalho** que produz o **capital** tem repercussões sociais e ambientais que poderão se transformar em um pesado fardo para as atuais e futuras gerações. Mesmo que seja considerado o fator estruturante das sociedades ocidentais, manter esta forma de sociabilidade nos permite antever sérias possibilidades de conflitos na atualidade e no futuro; daí a necessidade de sua negação, pois não pode ser considerado um fator positivo de estruturação da vida em sociedade, uma vez que é o cerne da alienação que a todos domina, ao tempo em que é o centro de irradiação de inseguranças generalizadas, doenças e desrealizações pessoal e profissional, vale repetir; mais ainda porque é considerado o meio para inserção de muitos na esfera do consumo que faz valer a roda viva (ou morta) da acumulação de **capital**. Para aqueles e aquelas que não conseguem se inserir, resta buscar formas diversas (mesmo que ilícitas) para obter **dinheiro** e participar da festa nos domínios do **capital**.

Podemos concluir que tanto trabalhadores como capitalistas ficam despojados “de sua personalidade e de sua singularidade, de seus fins e de seus desejos próprios” (GORZ, 2003, p. 29). Os primeiros mais ainda, posto que despojados da propriedade dos meios de produção e pela condição de simples força de trabalho exposta à venda. A venda desta mercadoria é necessária para que seu possuidor se torne servo da modernidade perambulando pelas trilhas alienantes do consumismo.

Os indivíduos em sua totalidade, portanto, são aprisionados a estruturas e levados a desenvolver ações entrópicas voltadas para a produção de **dinheiro**. As relações entre eles assumem um caráter tal que todos ficam subsumidos a **abstrações**; estas entendidas como a expressão teórica das relações materiais que os dominam (MARX, 1986). O **dinheiro**, por ser a expressão universal da riqueza, apresenta-se como a **abstração** máxima dessas relações abstratas.

Assim, nos termos da **dominação abstrata** que envolve a sociedade capitalista, concretiza-se a identificação entre **capital** e **trabalho**. A existência de uma oposição de poderes diferenciados e desiguais permanece restrita à dinâmica da valorização do **capital**, particularmente na esfera da distribuição. As lutas pela redução da jornada, por maiores salários, por melhores condições de **trabalho**, por direitos sociais; a luta pela permanência no emprego, mesmo com salários reduzidos, ou a negociação quanto ao tamanho da demissão a ser efetivada; as demandas por uma política estatal de ocupação e renda; todas guardam em comum a manutenção dos pressupostos que fundamentam o **trabalho** nesta sociedade.

Por esse caminho, **capital** e **trabalho** transformam-se nos lados de uma mesma moeda. Essa moeda não é outra coisa senão a expressão menos abstrata da contraposição entre o **trabalho** existente no espaço (**trabalho morto**) e o **trabalho** que toma existência no tempo (**trabalho vivo**), ambos compondo o todo orgânico necessário à produção de mercadorias. O **capital** é **trabalho acumulado**; o **trabalho vivo**, seu processo de acumulação - o ser e o vir a ser completam-se coercitivamente.

No embate de classes, o interesse de uns poucos é transformar o vir a ser no ser; o interesse de (muitos) outros é produzir o vir a ser como garantia de recompra de sua mercadoria.<sup>3</sup> Qualquer categoria de trabalhadores, sobretudo em circunstâncias de **horror econômico**, defende ardorosamente programas e políticas que mantenham em pleno funcionamento as atividades às quais se encontra vinculada, mesmo que causem efeitos deletérios sobre o ambiente. Isso é assim em virtude da coerção econômica prevalecente, que atribui a identidade de classe e possibilita a inclusão cidadã da sociedade capitalista dos vendedores de força de trabalho. Podemos dizer que existem duas classes: a **classe que vive para o trabalho** - composta por aqueles que sacrificam a vida em benefício do **capital** - e outra que **vive do trabalho alheio** - aqueles que são os beneficiários deste sacrifício. Ambas as classes, contudo, compõem, funcional e organicamente, o processo de produção de mercadorias.<sup>4</sup>

## 5 Conclusão

A principal conclusão é que a humanidade está diante da necessidade de se livrar da dominação social que caracteriza o sistema do **capital** e de soldar a ruptura metabólica que ameaça a

existência da humanidade. Trata-se de um desafio que exige uma articulação de teoria e prática para dar conta da complexidade que envolve uma **construção por negação**; é um passo necessário no sentido da disseminação de que é possível outro modo de reprodução social das condições materiais e culturais da vida.

A dominação social do **capital** destrói a individualidade e escraviza o homem, independentemente de ser ele trabalhador ou capitalista. A gaiola de ferro concretiza-se nas “coisas e circunstâncias feitas por ele próprio” (FROMM, 1983, p. 54). Segundo esse pensador alemão (FROMM, 1983, p. 57, grifo do autor):

Não é só o mundo das coisas que se torna superior ao homem, mas também as *circunstâncias sociais e políticas* por ele criadas se tornam seus senhores.

[...] O homem alienado, que julga ter-se tornado o senhor da natureza, tornou-se escravo das coisas e das circunstâncias, o apêndice impotente de um mundo que é simultaneamente a expressão congelada de seus próprios poderes.

A ruptura metabólica, por sua vez, decorre do fato de que não é possível conciliar crescimento econômico ilimitado no interior de um sistema fechado (limitado).

Essa conclusão pode ser desdobrada em dois aspectos. O primeiro refere-se à reafirmação do **trabalho** como centralidade para o **capital**, engendrando a existência do homem como **homem que vive para o trabalho**. Cria-se, assim, uma condição humana subordinada a um processo de degradação e miséria; de modo geral, uma condição de não realização humana.

O outro aspecto situa-se na ilusão de que o avanço tecnológico e o crescimento da produção de mercadorias resolvem as reais necessidades da espécie humana. Um traço marcante da dinâmica da economia capitalista é a criação de necessidades artificiais acompanhada da tendência decrescente da taxa de utilização do valor de uso das mercadorias;<sup>5</sup> juntam-se aí a obsolescência programada e a obsolescência perceptiva.<sup>6</sup> O resultado é uma produção avassaladora de resíduos, contaminação do solo e dos cursos de água, acidificação dos oceanos e a crescente emissão de CO<sub>2</sub>.

Na sociedade produtora de mercadorias, a forma de dominação é complexa e sutil. *Grosso modo*, a pessoa ou a classe que domina é a pessoa ou a classe que concentra mais **dinheiro**. O mercado, por sua vez, ganha *status* de agente social por excelência que determina o destino da humanidade e comanda as ações humanas. Segundo Sennett

(2003, p. 54), o economista clássico John Stuart Mill “encarava os mercados como um teatro da vida ao mesmo tempo perigoso e desafiador, e seus comerciantes como artistas da improvisação.” Essa arena de disputas, em que cada indivíduo “improvisa” para impedir o sucesso do outro, adquire a condição de demiurgo.

Se a capacidade humana de criar pôde construir essa colossal complexidade técnico-social calcada no **trabalho alienado**, por que não será capaz de eliminar a razão instrumental que acompanha a mercantilidade da vida? Se até então tem prevalecido uma lógica impessoal, crescentemente abstrata e quase objetiva,<sup>7</sup> por que a humanidade, social e conscientemente organizada, não será capaz de extirpá-la para dotar-se de ações verdadeiramente humanas e autodeterminadas? Se o modo de produção do capital funciona tendencialmente como negação da condição humana, por que não será possível realizar a negação da negação com a ampliação de experiências que conduzam, pedagogicamente, ao estabelecimento de uma comunicação fundamental que inscreva esta possibilidade histórica para além do **capital**?

#### Notas:

<sup>(1)</sup> Essa é a expressão de que Marx se utiliza quando faz referência a todas as formações sociais e históricas até hoje existentes. Segundo o pensador, a transição da sociedade capitalista para um modo sociocultural de vida superior marca o término da pré-história da sociedade humana (OLIVEIRA, 2006)

<sup>(2)</sup> A argumentação contida nesta e nas demais seções tem por base OLIVEIRA, 2006.

<sup>(3)</sup> O vir a ser corresponde à acumulação de capital em potência; e o ser, à acumulação de capital efetivada.

<sup>(4)</sup> Talvez fosse mais correto fazer referência à classe trabalhadora como aquela que **vive para o trabalho** e que, ao mesmo tempo, **vive do trabalho**. Isso porque é a portadora coletiva da fonte de valorização da qual resulta o **alimento** para si, para a classe dos proprietários e, sobretudo, que assegura a acumulação e a relação de dominação do **capital**.

<sup>(5)</sup> cf. MÉSZÁROS, 1995, 2002.

<sup>(6)</sup> cf. LEONARD, 2011.

<sup>(7)</sup> cf. POSTONE, 1996.

#### Referências

- FORRESTER, V. *Uma estranha ditadura*. São Paulo: Unesp, 2001.
- FROMM, E. *Conceito marxista do homem*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- GEORGESCU-RÖEGEN, N. *Ensayos bioeconómicos*. Madrid: Ediciones del Grenal, 2007. (Clásicos del Pensamiento Crítico).
- GORZ, A. *Metamorfoses do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003.
- GOUVERNEUR, J. *Les fondements de l'économie capitaliste: introduction à l'analyse économique marxiste du capitalisme contemporain*. 2. édition refondue et augmentée. Paris: L'Harmattan; Bruxelles: Contradictions, 1995.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- KURZ, R. Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora. In: PAIVA, J. (Org.). *Teoria crítica radical, a superação do capitalismo e a emancipação humana*. Fortaleza: Instituto Filosofia da Práxis, 2002. p. 151-229.
- LEONARD, A. *A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978a. Livro I, Capítulo VI (inédito).
- MARX, K. *El capital: crítica de la economía política*. 7. ed. México: Siglo Veintiuno, 1978b.
- MARX, K. *El capital: crítica de la economía política*. 7. ed. México: Siglo Veintiuno, 1979.
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) - 1857-1858*. 10. ed. México: Siglo Veintiuno, 1985. v. 2.
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) - 1857-1858*. 10. ed. México: Siglo Veintiuno, 1986. v. 1.
- MÉSZÁROS, I. *Beyond capital: towards a theory of transitions*. London: Merlin Press. 1995.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Unicamp, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- OLIVEIRA, A. A. *Para uma socioeconomia política da transição: possibilidades e limites da economia solidária*. 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- POSTONE, M. *Time, labour, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

\* **Doutor em Sociologia, Professor Associado 4 da Universidade Federal do Ceará, onde ministra as disciplinas Pensamento Econômico Marxista e Economia Ecológica.**